



Culturas em diálogo

ADRIANO MOREIRA

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
Universidade Técnica de Lisboa



A actualidade deste tema das Culturas em Diálogo, e também a urgência que o rodeia, teve raiz no ponto final que a guerra de 1939-1945 colocou no Império Euromundista, cujo poder directivo esteve principalmente repartido, em proporções diferenciadas, entre os países democráticos da frente atlântica europeia, e os Estados Unidos da América.

Como tenho referido em mais de uma oportunidade, o teor cultural desse império, com variantes diferenciadoras de cada uma das soberanias ocidentais participantes, era o de considerar os restantes povos do mundo como a cera mole que seria trabalhada segundo os modelos de comportamento dos povos soberanos vindos do ocidente.

É evidente que grande parte do normativismo imposto por essa longa submissão continua vigente, organizado num sistema de direito internacional que guarda os ensinamentos dos teólogos juristas da expansão, de que é símbolo Las Casaes, dos juristas do direito natural como Grotius, dos apóstolos da igual dignidade cívica dos homens como Jefferson, todos ocidentais, ainda que as matrizes tenham sido objecto de reavaliação continua depois do fim desse império.

A perspectiva de uma Nova Ordem que guardasse as fontes foi relativamente animadora durante a segunda metade do século XX, ainda dominada pela ameaça da chamada guerra fria até 1989, quando a queda do Muro de Berlim abriu caminho à proclamação da nova utopia: uma globalização enquadrada pela economia de mercado que prometia progresso económico sustentado para a humanidade em geral, e inevitavelmente garantia a hegemonia das soberanias sobreviventes mais dotadas; o regime democrático seria reconhecido como o paradigma de todos os poderes políticos nascidos da descolonização; o inerente respeito mundializado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, que consagrou na ONU a visão iluminista e ocidental do geral direito à felicidade, era esperado.

Infelizmente, os anos noventa do segundo milénio não viram concretizado nem o referido panorama de uma nova ordem, nem o de uma globalização pacificada por uma nova governança, nem também uma leitura coincidente dos normativos que os ocidentais tinham confiado à presidência da Carta da ONU que escreveram.

As várias áreas culturais do mundo que antes fora submisso ao regime colonial, pela primeira vez na história falaram com voz própria em liberdade, e fizeram leituras divergentes dos textos matriciais, ao mesmo tempo que reivindicaram inovações revolucionárias em relação aos padrões antigos de guerra e paz, da ordem consentida, da hierarquia dos poderes, e também dos direitos e deveres dos cidadãos: a democracia ocidental não foi um modelo de fácil implantação, e por isso os seus corolários não receberam a geral adesão suposta pela utopia de S. Francisco.

As circunstâncias posteriores à queda do Muro em 1989 acabaram por fazer lembrar a muitos o longo período de ameaça de destruição global assegurada da guerra fria, como tendo sido uma época de paz desaparecida, em vista dos nacionalismos armados e mortíferos que reapareceram nos Balkans, do confronto entre as antigas superpotências no Afeganistão, e mais recentemente na Geórgia, com as armas estratégicas a multiplicarem-se em sedes desafiantes como no Irão, tudo a mostrar que a guerra fria deixou um legado ainda vigente: as ameaças terroristas são o sinal mais inquietante.

Talvez a maior razão de inquietação causada pelo aparecimento desta forma de combate selvagem que é o terrorismo esteja numa evolução inesperada do conceito dos direitos do homem que imigrou do ocidente para todo o antigo mundo colonizado.

A veneração do esperado regime democrático, que apenas vigorou nas metrópoles ocidentais e nunca nas respectivas colónias, tem expressão no famoso texto de Jean-Jacques Rousseau, em que afirma que *s'il y avait un peuple de dieux, il se gouvernerait démocratiquement*,

texto do qual a realidade parece dar preferência à segunda sentença, segundo a qual *un gouvernement si parfait ne convient pas à des hommes* (*Du Contrat Social*, livro III, cap. IV).

O surpreendido, e por isso encorajado, Alexis de Tocqueville, ao reconhecer na América o facto surpreendente da igualdade esperada das condições dos homens, anunciou que

le développement graduel de l'égalité des conditions est donc un fait providentiel, il en a les principaux caractères: il est universel, il est durable, il échappe chaque jour à la puissance humaine; tous les événements, comme tous les hommes, servent à son développement (*De la démocratie en Amérique*, v. 1, Paris, 1853).

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, adoptada em Versailes, em 26 de Agosto de 1789, receberá de Edmund Burke uma apreciação reprovadora porque *tous les droits prétendus de ces théoristes sont extrêmes, et autant ils sont vrais métaphysiquement, autant ils sont faux moralement et politiquement*, uma sentença que receberia acolhimento não apenas pelos totalitarismos ocidentais, mas por numerosas soberanias nascidas nas áreas da descolonização (Edmund Burke, *Réflexions sur la Révolution de France*, 1970).

A resposta vigorosa de Thomas Paine (*Les droits de l'homme, en réponse à l'attaque de M. Burke sur la Révolution Française*, 1791) proclamou que

Dans l'exorde déclaratoire qui précède la Déclaration des droits, on voit le spectacle solennel et majestueux d'une nation ouvrant sa commission sous les auspices de son créateur pour établir un gouvernement; scène si nouvelle et si élevée au-dessus de ce que l'on a encore vu dans cette partie du monde, que le nom de révolution n'approche point de la dignité de son caractère: elle s'élève jusqu'à celui de la *régénération* de l'homme.

Todas estas premissas, que não impediram a expansão colonial do século XX, incluindo a imposição de uma hegemonia externa à China, nem a criação de um império soviético que sobreviveu cinquenta anos ao fim do império euromundista, encontraram obstáculos sérios para evitar uma rotura com a autenticidade logo que as áreas culturais se encontraram a falar com liberdade igual na Assembleia Geral da ONU, mas não no Conselho de Segurança.

Em primeiro lugar avulta o *capital de queixas* contra os ocidentais, queixas que recebem coberturas ideológicas variadas, geralmente ameaçadoras de conflitos não apenas verbais. Foi o caso da chamada tempestade nacionalista e revolucionária na Ásia, com o maoísmo a triunfar na China à sombra da reformulação que Mao fez do Marxismo-leninismo pelas décadas de trinta e quarenta; incluíram as

guerras do Vietname (1945-1979) com a humilhação da França e dos EUA; inspiraram o efêmero pan-africanismo, a negritude, o *apartheid*; não diminuíram a pobreza, nem as guerras internas na África a degradar-se para a condição de continente visto como apenas útil.

O conflito Árabe-Israel (1949-2008), e o renascimento do Islão Político, com a Revolução no Irão em 1979, com o fundamentalismo dos Taliban, com os movimentos resistentes Hizb'allah, Hamas e Laskat Jihad, ainda o Islamismo Transnacional, o *jihadism* internacional, o Islamismo global, e a explosão do terrorismo global com a Al'Queeda, tudo não definiu uma circunstância mundial em que o *diálogo*, esse método democrático ocidental, fosse um instrumento esperançosamente consagrado como fundamental.

O direito-dever de intervenção nos países em que os direitos humanos fossem objecto de agressão abrangida pela definição dos crimes contra a humanidade, incluindo o genocídio, e com a mais espectacular e desastrosa invocação pelo Presidente Bush para iniciar a segunda guerra do Iraque, pareceu neste caso uma excessivamente abusada reminiscência da doutrina da cera mole, que ficou lembrada.

O terrorismo global, que fez da matança intencional de inocentes o instrumento mais eficaz de ataque à relação de confiança dos povos com o seu governo, e da degradação da confiança estrutural da própria sociedade civil, deu audiência mundial à tese adiantada por Samuel Huntington em 1993, não apenas de que se trataria da primeira guerra do século XXI, mas que estávamos na escalada de um "clash of civilizations". A confiança na utopia da "*paz, democracia, e mercado livre*", encontrou ainda crentes vigorosos como Michael Mandelbaum (*The nuclear revolution*, Cambridge, 1981), que lhe atribui a natureza de corrente mundial e não apenas americana, mas o milagre não tem recompensado a fé.

De qualquer modo, a incerteza com que se deparam todos os ensaios da desacreditada prospectiva não permite prognosticar seriamente sobre qual será a perspectiva que os factos virão a confirmar, se a promessa da Aliança das Civilizações que a doutrina liberal sustenta, se o desastre que a visão do conflito das civilizações presente.

O pessimismo que descobre a inevitabilidade do desastre tem uma lógica que convida à inacção, e uma convicção de que o futuro é previsível e não essencialmente surpreendente, inovador, sempre a demonstrar, como acreditava Popper, que nunca tudo aconteceu.

Esta última é a atitude da única instância onde todos ainda falam com todos, que é a ONU, sobretudo no que toca à acção das suas agências especializadas, com destaque, neste domínio, para a UNESCO e para o PNUD.

A primeira lutando vigorosamente contra a crise dos valores comuns da Humanidade, que considera como um só rebanho que habita a casa comum que é a Terra, dinamizador de uma narrativa cheia de acidentes mas a caminho de um ponto ómega iluminante.

A segunda, identificando cada ano as carências que ofendem, que negam a dignidade igual dos povos e de cada ser humano, e que transformam em falácia a proclamação de Jefferson de que todos os homens têm igual direito à felicidade.

As sucessivas proclamações sobre a urgência de ajuda à miséria dos 3-AAA, Ásia, África, e América Latina, os objectivos proclamados em reunião solene como a dos Chefes de Estados e de Governo no final de 2005, nunca implicam um arranque significativo. Por isso, na viragem do milénio, o World Bank e o IMF acentuam a exigência de “boa governança” e democracia – cujas dificuldades referimos – para uma ajuda que tivesse o retorno de uma liberalização dos mercados. O facto é que o também chamado terceiro-mundo se encontrou envolvido pela globalização, um efeito colateral que mais uma vez lhes tornou claro que a soberania absoluta, que supuseram ser o resultado da descolonização, estava agora ainda mais limitada pelas forças da finança mundial, e o mundo condenado a uma situação em que os ricos eram cada vez mais ricos, e os pobres tinham cada vez mais filhos.

A reunião de Dohar, no Qatar, em 2005, cimeira de uma aliança de 132 países em desenvolvimento, que reuniu 50 chefes de Estado ou de governo, incluindo a China, debreçou-se mais uma vez sobre a cooperação sul-sul, sobre as relações do sul pobre com o norte rico, sobre as dívidas dos pobres, mas até agora os resultados não são visíveis.

Estes obstáculos à igual dignidade e equitativo exercício de direitos, tem na dimensão do globalismo ressonâncias semelhantes às que dinamizaram na vida interna dos Estados as soluções socialistas, ou democráticas, ou do socialismo real, neste caso não dispensando a violência interna, e a limitação à cidadania efectiva. Carlo Rosselli (*Socialisme Liberal*, Paris, 1930) sublinhou que

a maior advertência receberam-na os socialistas da experiência comunista. O crescimento à sua esquerda de um movimento que recusa qualquer espaço de direito de expressão às forças socialistas em nome da ditadura, e as perseguições sofridas pelos socialistas na Rússia, provaram nitidamente o valor essencial intrínseco da liberdade e das instituições democráticas, não apenas como instrumento, mas como clima.

Na ordem internacional, o capital de queixas ergue-se porém como um obstáculo à reorganização de uma ordem pacífica, interna e externamente, e o conflito sobe

frequentemente aos extremos da guerra. Internamente, ameaça a revolta das *colónias interiores* criadas pelo descontrolo das migrações vindas da geografia da fome para o norte rico, como aconteceu recentemente em França, com o cortejo de discriminação e criminalidade inerentes; esse mesmo capital incita os chamados *Estados do eixo do mal* ao rearmamento suficiente, em quantidade e espécie, para uma política de retaliação, com sacrifício do desenvolvimento sustentado interno; adensa o caldo de cultura em que se organizam os *círculos de desesperados* recrutáveis para a rede do terrorismo global, torna coeso o círculo maior dos *simpatizantes*, e aflige o futuro do círculo mais vasto de gente comum, da mesma etnia ou crença, mas que ambiciona a vida tranquila e habitual.

Nesta desordem mundial, em que a incerteza é dominante, se as estatísticas atestam a diminuição da *declaração de pertença* às igrejas institucionalizadas, também documentam o crescente *apelo à transcendência*, rezando pela *intervenção divina* nos espaços de vida a que a *razão* não tem dado respostas.

E aqui surgiu a mais grave versão da mobilização para a violência do terrorismo global, que foi a introdução de valores religiosos no conceito estratégico da rede, afirmando um mandato recolhido dos textos sagrados, e a recompensa dos mártires no céu que os espera. Foi esta gravíssima circunstância que levou João Paulo II a proclamar aquilo a que chamei a *Nova Mensagem de Assis*, implorando a convergência das lideranças das crenças monoteístas, no sentido de ordenar os valores comuns que os seus textos sagrados vinculam à supremacia da paz. Este movimento tem réplica na Ásia, onde as várias crenças, com relevância para o Budismo, fazem um igual esforço, designadamente junto das diásporas de cada confissão. Em Portugal, a Universidade de Évora, em 2007, doutorou H. C. o Príncipe Aga Khan, que ali foi talvez o primeiro líder muçulmano a fazer uma proclamação a favor da paz com base nos ensinamentos do Corão.

Na ordem interna dos povos ocidentais, as migrações desordenadas, recebidas sem políticas de acolhimento, políticas de integração, políticas de assimilação, parecem ter sido tratadas, ao abrigo da teologia de mercado, como se fossem compostas de trabalhadores de torna-viagem, que regressariam às suas origens logo que as necessidades de mão-de-obra os dispensasse: vieram para ficar.

Esta desastrada percepção faz lembrar a época dos nossos Reis das Três Religiões, de que as Ordenações guardaram normativos até ao Código Civil de Seabra: o primeiro dos difíceis objectivos, no sentido de organizar uma comunidade multicultural e multiétnica, para a qual evolua o aglomerado de gentes diversas que o globalismo sem ética produziu, é talvez o de criar um sentimento

comum de fidelidade constitucional, o que exige um esforço que leve ao extremo as capacidades do Estado, no sentido de implantar um eficiente ensino, com todas as complexidades conhecidas, para o exercício de cidadania, como a UNESCO reclama insistentemente, sem dúvida

com uma esperança suficientemente forte para persistir para além de todos os desastres a que assistimos. Os sinais dos tempos, não aconselham a perder tempo.

Recebido: 06 julho de 2009
Aprovado: 28 agosto de 2009